

O “belo sexo” sob vigilância: Um estudo sobre o controle das práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres e escravas no Recife oitocentista (1830-1850).

Grasiela Florêncio de Morais*

Resumo: Esse trabalho se centrará no cotidiano das mulheres pobres livres e escravas que viviam nos limites da cidade do Recife, na primeira metade do século XIX (1830-1850). Assim, pretendemos analisar a questão do controle social incidido sobre suas práticas cotidianas, bem como as suas variadas formas de resistência. Dessa forma, procuraremos descortinar as suas trajetórias marcadas por relações conflituosas e pela exclusão social.

Palavras-chave: Mulheres – Recife – Cotidiano.

Abstract: This work has main objective analyses presence poor women and slave women in public spaces in Recife city, in the first half of 19th century. In other words, we look for resistance their in this spaces, where popular women with manners and gestures characteristics broke code morality from epoch.

Key-word: Women – Recife – Daily

Impressões do Recife Imperial:

“Veneza Americana” foi a imagem que se consolidou da cidade do Recife e que se exibiu com maior longevidade. Na primeira metade do século XIX, ela figurava entre as três principais capitais brasileiras, atrás apenas das cidades do Rio de Janeiro – onde se situava a Corte Imperial – e Salvador, na Bahia. O Recife, no período em tela, foi palco de transformações políticas, econômicas e sociais. A cidade sofrera um rápido processo de urbanização, marcado pelo seu desenvolvimento econômico e pelo crescimento da população. Assim, segundo Arrais, “tornou-se um centro urbano expressivo e conquistou uma posição hegemônica sobre as áreas vizinhas de outras províncias do Norte” (ARRAIS, 2004:112-117).

Por meio de aterramentos contínuos em seus bairros centrais, a cidade ampliava seus espaços sociais, seguindo o curso das águas do rio Capibaribe. Segundo Raimundo Arrais, “essa expansão refletiu-se numa certa especialização dos seus bairros” (ARRAIS, 2004: 113) – São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José do Ribamar e a Boa Vista. O primeiro deles era o bairro mais antigo da cidade. O lugar onde se situava a área portuária e, por isso,

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional (Mestrado) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Esse projeto de pesquisa conta com o financiamento da FACEPE/CNPq.

concentrava o comércio atacadista exportador e importador, os armazéns de açúcar e algodão, o prédio da Associação Comercial, da Alfândega e o da Assembléia Provincial.

Quanto ao bairro de Santo Antônio era considerado o bairro mais importante e bonito da cidade, pois em seus limites se encontravam as repartições públicas da província e uma grande malha comercial. Em 1844, ocorreu a divisão dessa freguesia em dois bairros, a porção norte seria Santo Antônio e a porção sul seria o bairro de São José do Ribamar. Por fim, temos a freguesia da Boa Vista que era tida como “a mais moderna”, conhecida como “o continente” (TOLLENARE, 1978: 22-23). Esse bairro era eminentemente residencial, com inúmeros prédios residenciais e casas de campo.

Assim sob o lema da modernização, o Recife buscou normatizar os seus espaços públicos e as práticas de seus habitantes. Dessa maneira, procurou mudar sua fisionomia urbana e estrutura social, para desvanecer o seu passado colonial que simbolizava atraso e atingir o “progresso”. Contudo, após o período de dominação holandesa, foi no governo de Francisco do Rego Barros (1837-1844), o futuro conde da Boa Vista, que o processo de modernização da cidade se tornou mais efetivo.

Rego Barros, em sua administração, deu a Pernambuco um arrojado impulso progressista: promoveu a intensa urbanização da cidade, através da realização de inúmeras obras públicas, “preocupou-se com a higiene da cidade e estimulou a vida social da elite pernambucana” (PARAHYM, 1978: 49), tudo com o objetivo de tornar a “realidade” da capital próxima a das cidades européias da época e “evitar que os ricos senhores de engenho e seus filhos não abandonassem sua terra natal” (CAVALCANTI JÚNIOR, 2001: 17). Com esse intento, Rego Barros almejava erguer uma sociedade que possuísse as marcas da civilização. Gilberto Freyre chamou esse processo de “re-europeização” da cidade e dos costumes. Porém, essas mudanças não se davam da mesma forma que na Europa, pois, adaptaram-se à realidade de cada província, cada uma com as suas peculiaridades.

No entanto, tais transformações e melhorias materiais na capital da província se deram sob muitas divergências e não favoreceram a todos os segmentos sociais. O “progresso” que se queria alcançar não abarcava o contingente numeroso de escravos e a empobrecida população livre que vivia nos limites da cidade.¹ Pois, a maior parcela da população vivia em

¹ Quanto à população da cidade, conforme uma contagem realizada em 1828 por Figueira de Mello, o Recife possuía um total de 25.678 habitantes, distribuídos pelas três freguesias centrais – Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Anos depois, em 1856 foi realizada outra contagem que indicou um total de 40.977 habitantes na capital, significando um aumento de quase 60% do total de habitantes na cidade. A maior parte dessa população era composta por um contingente numeroso de cativos e de pobres livres – infelizmente não perceptível nas contagens utilizadas. Dessa forma, por meio desses dados que nos servem como referência,

péssimas condições, em meio à miséria, ao desemprego, em revoltas sociais e sem a mínima condição de higiene pública. Portanto, entre polêmicas, recusas e encantamentos, a modernização chegava ao Recife.

Dessa forma, fazia-se necessário controlar os movimentos dessa população, tida como indócil e indesejável, pelas autoridades cidadinas. Pois, eram vistos como os principais “responsáveis pela desordem física, moral e social da cidade” (ENGEL, 2004: 38). Como salienta Thomas Holloway, quando “qualquer um deles, escravos ou livres pobres, quebravam as regras do comportamento público aceitável, podia esperar o confronto com as instituições repressivas que a elite criara para mantê-las dentro de determinados limites” (HOLLOWAY, 1997: 24-25). Logo, as normas de condutas criadas pelas elites recaíam mais fortemente sobre essa população marginal que crescia e se dispersava nos limites da cidade.

Sendo assim, o Estado passa a atuar com mais vigor no espaço público, a fim de controlar e corrigir os “maus hábitos” das pessoas na cidade. Para o que se utilizou de instrumentos de controle os mais diversos: os aparatos policiais, as posturas editadas pela Câmara Municipal e o emergente discurso médico – expresso na criação do Conselho de Salubridade Pública, em 1845 etc. Assim se procurava “fabricar” um novo sujeito social que não representasse um empecilho ou ameaça aos interesses da nova nação que se queria construir.

No entanto, cabe aqui, analisarmos como essas mudanças implantadas no processo de construção de uma “nova ordem” recaíram sobre os segmentos das mulheres populares (pobres livres e escravas). Logo, buscaremos analisar as tentativas de controle e normatização que recaíram sobre essas mulheres, no período em tela, bem como as suas variadas formas de resistência – aquilo que Michel de Certeau denomina de táticas.²

Controle social e cotidiano das mulheres livres pobres e escravas

Na sociedade oitocentista imperava uma “rígida” hierarquia social, pautada pela diferenciação entre os sexos (homem ou mulher); pelo estatuto legal (se livre ou escravo); pelo *status* social e pela questão racial. Conforme o código moral da época, as mulheres

mesmo sabendo-se que não traduzem a realidade, percebemos o rápido crescimento da população na cidade no período em estudo. A respeito desse assunto ver Cf. CARVALHO, 1998:41-47.

² Segundo Certeau, “a tática é a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece autonomia. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. Dessa forma, “opera golpes” que dependem da ocasião para obter benefícios, aos quais não conserva. Em contrapartida, temos a estratégia que é o “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, uma instituição científica, um exército, uma cidade) pode ser isolado”. Cf. CERTEAU, 1994: 97-102.

estavam sempre abaixo dos homens de mesma condição social. Segundo Suely Almeida, “essas noções incidiam de múltiplas formas, sobre o seu pensar e agir” (ALMEIDA, 2005: 34). Os papéis sociais eram determinados pelo sexo, logo os papéis femininos lhes direcionavam ao recato e aos afazeres domésticos – administrar uma casa, criar e educar os filhos, atividades que as mantinham reclusas e ocupadas por muitas horas do dia. Quanto aos homens, sua função era de prover os negócios da família, para o que tinham autonomia para circular no espaço público.

Uma vez que a rua era tida como um espaço pernicioso, onde só os homens poderiam percorrê-lo sem macular a sua reputação, o discurso misógino prevalecente determinava que as mulheres deveriam ficar restritas ao espaço doméstico, onde sua honra e honestidade permaneceriam resguardadas. Logo, compreendemos que a questão da honra serviu como uma ferramenta de controle do corpo feminino na cidade, pois, tal noção limitava os seus espaços de atuação e vivências.³ Como aponta Sueann Caulfield, a honra “sustentava a lógica da manutenção das relações desiguais de poder nas esferas públicas e privadas” (CAULFIELD, 2000: 26). Porém, como veremos adiante, esse não foi o único meio usado para encerrá-las dentro de casa.

Portanto, precisamos compreender o universo dessas mulheres livres pobres e cativas, para entendermos as relações conflituosas que marcavam o cotidiano da cidade. Para isso, precisamos visualizar o contexto político e econômico ao qual estavam inseridas. O perfil social da cidade do Recife, na primeira metade do século XIX, foi marcado pelo descompasso entre a oferta e a procura de mão-de-obra. Conforme aponta Marcus Carvalho, “o comércio urbano prometia trabalho para os pobres com alguma qualificação e lucros para os negociantes” (CARVALHO, 2003:42); mas também abria possibilidades para as mulheres conseguirem trabalho, como domésticas nos sobrados urbanos. No entanto, havia um numeroso contingente de mulheres livres e pobres aptas para o trabalho que concorriam com as cativas no mercado, e isso contribuía para a diminuição das vagas de emprego e achatamento dos seus jornais. Restava, pois, à grande parcela da população que não encontrava uma ocupação regular, buscar a sobrevivência através dos mais variados expedientes. Para a parcela feminina a dificuldade ainda era maior, em decorrência dos preconceitos existentes e os valores misóginos que restringiam muito as suas áreas de atuação.

³ Esse discurso incidia de forma mais rigorosa sobre as mulheres livres, principalmente, as pertencentes das famílias abastadas, pois, a preservação da honra seria crucial para não macular a imagem da família que representavam.

Assim, não restava a mulher livre e pobre, ou mesmo a escrava de ganho, muitas alternativas, além do serviço doméstico, do pequeno comércio, do artesanato (como costureiras) e outras atividades como lavadeiras, cartomantes, feiticeiras, coristas, dançarinas, cantoras, atrizes e prostitutas – quase todas, ocupações profundamente depreciadas na sociedade da época (ENGEL, 2004: 25).

Essas mulheres improvisavam papéis informais no seu dia-a-dia. Aprendiam as artimanhas cotidianas da “arte de inventar” e “improvisar”, através de trocas de informações, conversas e negociações a fim de manterem a sua subsistência. Esses papéis informais eram articulados dentro dos limites do permitido e proibido. Para isso, elas contavam com “a ousadia e a agressividade como procedimentos necessários para enfrentar a opressão social, o racismo, o patriarcalismo⁴, enfim as enormes dificuldades da vida” (SOARES, 2007:107). Deste modo, a conhecida reclusão feminina não era condição que se deva atribuir às escravas e às mulheres livres pobres. Pois, as suas dinâmicas de vida, em outras palavras, as suas difíceis condições de existência, levavam-nas à quebra das regras socialmente estabelecidas.

A partir dos anos de 1830, os jornais passaram a publicar – com certa frequência – anúncios de pessoas à procura de empregadas, livres ou cativas, para o serviço doméstico. Da mesma forma, têm-se anúncios de mulheres se oferecendo para cuidar da casa, para servirem como amas-de-leite ou amas-secas e, em alguns casos, para serem professoras particulares⁵ de crianças. A prestação desses serviços representava uma atividade econômica importante nas cidades, pois havia mercado para aquelas mulheres que eram prendadas nos ofícios de “portas adentro”.

Nesse ínterim, alguns homens solteiros por meio dos periódicos solicitavam o serviço de mulheres aptas para as “artes domésticas”. Com as seguintes exigências, um anúncio de outubro de 1831 solicita: “Uma [mulher branca], de 30 a 40 anos, desonerada de obrigações, e que entenda de cozinhar, engomar, e coser, querendo prestar-se ao cuidado, e arranjo da casa

⁴ Compreendemos o patriarcalismo como um contexto relacional, um processo tenso e conflituoso, de cuja construção as mulheres também participavam, por vezes, com o intuito de diferenciar-se socialmente dos demais segmentos sociais.

⁵ Segundo Marcus Carvalho, tradicionalmente, esse era o ramo de emprego mais comum para as mulheres pobres. Não ser escrava significava ter mais autonomia, mas não mudava muito a natureza do trabalho. Um pouco melhor talvez, estavam as professoras particulares que tentavam as duras penas ensinar as primeiras letras, piano e até línguas estrangeiras aos meninos e meninas das famílias mais abastadas. Cf. CARVALHO, 1998, p. 77. Ainda que, o acesso ao mundo da cultura lhes fosse limitado, algumas mulheres mostraram-se como diferencial através dos conhecimentos culturais que possuíam. Pois, além de saberem ler e escrever, algumas tinham o conhecimento de algumas línguas estrangeiras. Isso desagradava a muitos que faziam uma leitura pejorativa acerca dessas mulheres – que não se limitavam apenas ao ofício doméstico (como criar os filhos, coser, bordar), mas também se dedicavam à cultura letrada. A literatura da época (produzida, em maior parte, por homens embebidos de valores misóginos), deixava transparecer a sua indignação diante das “mulheres letradas”. No dizer de um deles, a “Menina que sabe muito é mulher atrapalhada. Para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada”. Edmundo, Luís. **A Corte de D. João no Rio de Janeiro**, 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, vol. 1, p. 296. *Apud* DIAS, 1995, p. 38.

de um [homem solteiro], na Rua das Cruzes, nº 139”.⁶ Da mesma forma se solicitava o aluguel de amas-de-leite, fossem livres ou cativas, mas que de preferência tivessem “bastante leite para criar um menino” e que o leite fosse de qualidade. Além de que quando fossem livres, na maioria das vezes, exigiam-se mulheres dotadas de “bons costumes”.

Quanto à presença de mulheres brancas na prática desses ofícios, devemos ressaltar que no fim dos anos 1830 até meados da década de 1850, a imigração de mulheres brancas – em sua maioria eram pobres - vinda de Açores e do interior de Portugal se fez presente nas principais capitais do Brasil, atraídas por promessas de emprego fácil e melhores condições de vida. Com isso, temos o aumento da oferta de mão-de-obra feminina branca para trabalhar como amas-de-leite ou para servirem ao comércio do prazer, como prostitutas nas casas noturnas.⁷ Vale salientar que essa demanda, possivelmente, foi atendida, pois, o referencial estético das camadas dominantes era o branco.

As mulheres livres pobres e escravas não se limitavam apenas em atuar em ofícios “de portas adentro” – no âmbito da casa – pois, elas também exerciam diversas atividades na esfera pública, “de portas fora”. Ainda que os rígidos códigos patriarcais impelisse a mulher a evitar a rua, para que ela não pusesse em risco a sua honestidade, pois, as mulheres honradas deveriam evitar a rua.⁸ Mas, as duras condições de vida dessa parcela feminina acabavam por forçá-las ao encontro com a rua, na tentativa de conquistar o pão diário. “De portas fora” atuavam como vendeiras, aguadeiras, lavadeiras, prostitutas entre outras atividades que realizavam na esfera pública. Escravas e pobres livres dividiam cotidianamente os lucros diários dessas atividades que realizavam na cidade.

Eram vistas com insegurança pelas autoridades locais, que tentavam diminuir seus espaços de atuação nos logradouros públicos. Em várias épocas, a Câmara Municipal e as elites dirigentes discutiram o problema da circulação feminina pelas ruas da cidade. As posturas tentavam reprimir os seus “derriços com os negros”, e estabeleciam horários para se recolherem, geralmente a partir das 18 horas. “Lá pelas bandas do forte das Cinco Pontas, as ‘vivandeiras’, causavam desordens. Do outro lado da ilha de Santo Antônio, escandalizavam

⁶ **DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, 07 de Outubro de 1831, nº. 213, p. 865.

⁷ “Essas mulheres vieram para Recife em navios superlotados, durante a década de 1840. Essa prática abusiva era chamada pelas autoridades consulares lusitanas de [tráfico de escravatura branca]. Havia verdadeiros leilões dentro das embarcações (...). As jovens mais bonitas alcançavam os melhores preços ainda no convés. Depois eram levadas para as casas noturnas do Recife. A escolha não era delas, mas de quem arrematava seus serviços pelo valor da passagem”. CARVALHO, 2003, pp. 53-54. Ver também Cf. NOVAIS, 1997: 63-64.

⁸ Vale lembrar que, conforme o discurso moral da época, as escravas não eram consideradas pela sociedade como mulheres honradas, em decorrência de sua condição. Dessa forma, procurava-se justificar os abusos e a violência sobre elas, apontando-as como desonradas e desonestas.

os pruridos da Câmara. Um dos pontos do *trottoir* era na atual Rua do Imperador” (CARVALHO, 1998: 63).

Contudo, as ruas não eram utilizadas por essas mulheres apenas para a prática de seus ofícios, mas também eram locais usados por elas para o lazer com seus pares – possibilitando-lhes, assim, momentos de sociabilização. Por meio das batucadas, lundus, vozerios, algazarras e bebedeiras muitas dessas mulheres das classes populares buscaram divertimento, conquistaram novas amizades e amores, que serviram para amenizar o peso da labuta diária. Para as autoridades, tais comportamentos representavam uma afronta à ordem que queriam impor à sociedade, pois, eram sinônimos de desordens.

As tabernas ou vendas eram um dos muitos espaços de convivência utilizados por esses segmentos desclassificados socialmente, geralmente pessoas de cor. Porém, por ser o local onde também se vendia as chamadas “bebidas espirituosas” (bebidas alcoólicas), o divertimento, por vezes, viria seguido por bebedeiras que acarretaram em momentos conflituosos (marcados por transgressões como as brigas, insultos, furtos etc.), ocasionando a prisão de muitos sujeitos - fossem homens ou mulheres, livres ou escravos.

As bebedeiras de mulheres quase sempre estavam associadas à prostituição. Pois, os locais aos quais freqüentavam para adquirir tal bebida eram carregados de significados pejorativos, visto que esses estabelecimentos eram espaços de vivência de pessoas de baixa extração social independente do sexo – como escravos, vadios, criminosos, prostitutas, entre outros. Nesses locais, as mulheres que nele circulavam eram descritas, pelos queixosos da época, como “dadas a bebedeiras”. Conforme Sandra Jatahy, as tabernas eram consideradas redutos de bêbados e vadios (PESAVENTO, 1999: 06).

Dessa maneira, para evitar tais constrangimentos à ordem, as autoridades procuravam reprimir tais comportamentos indigestos. Através de novas regras e posturas ditadas pela Câmara Municipal que buscava realizar juntamente com a Polícia o cotidiano das cidades. Além disso, a partir do ano de 1845, a cidade do Recife passava a contar com o Conselho de Salubridade Pública. Essa instituição também passou a regular as práticas sociais, no que se referia aos assuntos da higiene pública. Com isso, os discursos normatizadores dos médicos ganharam poder e legitimidade. E uma das preocupações desse órgão referia-se justamente ao combate à prostituição e bebedeiras nos espaços da cidade.

A respeito das praticantes do “comércio criminoso”, no dizer dos contemporâneos do período em tela, o médico Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, presidente do Conselho de Salubridade, em 25 de novembro de 1851, disse:

(...) as mulheres que vivem desse [vergonhoso ofício], não sendo sujeitas a regulamento repressivo, nem a visitas sanitárias, fazem alarde de sua depravação, [vão por toda parte], excitam os que passam, insultam por vezes a pessoas honestas, e afugentam de certas ruas, em que residem e de sua vizinhança, famílias que não querem presenciar tais atos de constante obscenidade (COSTA, 1983:195).

“Depravadas”, “obscenas” e “insultadoras” foram alguns dos adjetivos utilizados, pelo médico Joaquim Aquino, para definir e classificar os comportamentos das meretrizes, a fim de distingui-las das mulheres ditas honestas, que fugiam a esse estigma de desonra. Em seu discurso moralizador, traduz-se uma linguagem de desclassificação e “coisificação” acerca das praticantes desse “vergonhoso ofício”. No entanto, percebemos a sua inquietação no que concerne à “liberdade” – como o próprio julgou – que gozavam as mulheres de vida pública na prática desse ofício. Pois, para o Dr. Joaquim Aquino, além de essas mulheres circularem por toda a parte, elas não eram submetidas a nenhum regulamento repressivo. Contudo, não fazemos essa leitura visto que o controle que se incidia sobre suas práticas era algo presente no seu dia-a-dia.

O cotidiano dessas mulheres, fossem elas livres ou escravas, era bastante conturbado. Principalmente, para aquelas que, no Recife oitocentista, necessitavam ir às ruas para desempenhar diversas atividades, visto que em sua maioria, eram pobres e mestiças. Em sua luta diária, conviviam com os riscos da violência. Por isso, criaram táticas de defesa para se sobrepor a tais riscos e na tentativa de preservarem sua autonomia nos espaços onde atuavam socialmente. Embora nem sempre essas táticas funcionassem a contento.

Nas ruas, as pardas, pretas pobres, escravas e forras faziam o comércio mais pobre que era o dos gêneros alimentícios. Elas concentravam-se, no seu vaivém, nos locais mais movimentados da cidade, onde podiam oferecer os seus serviços – como lavadeiras, cozinheiras, vendeiras – aos transeuntes que circulavam pelas ruas (DIAS, 1995: 23-25). Mas, esse vaivém era vigiado e controlado pelas autoridades municipais, que impunham regulamentos para o funcionamento de tais atividades nos logradouros públicos e regras para os comportamentos que se deveria desempenhar em tais espaços.

Esse vaivém das mulheres pela cidade foi registrado nos documentos policiais. Neles, não faltam registros de prisões de mulheres por desordens, por serem agressivas, ladras, desobedientes, que gritavam em linguagem de baixo calão, por desacatarem autoridades, entre tantos outros motivos. Vale ressaltar que a maior parte das transgressões⁹ cometidas pelas

⁹ Entendemos por transgressão a não obediência e respeito às regras estabelecidas pelas autoridades dirigentes que definiam as formas de repressão às condutas sociais indesejáveis. No entanto, cabe compreender que para o período estudado – primeira metade do século XIX – essa transgressão, por vezes, não se mostra muito bem definida, pois, ela depende da qualificação do olhar daquele que vai julgar o ato. Sem contar que, alguns

mulheres, desenrolou-se nos logradouros públicos e foram provocados, em sua maioria, por mulheres mestiças e pobres e cativas. Por serem mulheres e por cometerem infrações em tais espaços, atribuíram-lhes muitos valores pejorativos.

Essas representantes do “belo sexo” se distanciaram dos estereótipos atribuídos ao sexo feminino de “sexo frágil”, “recatado” e “submisso”. Essa parcela feminina não estava integrada nas instituições de poder: não eram assalariadas, não tinham propriedades, não gozavam de direitos civis nem tinham acesso à cidadania política. “Nem por isso deixaram de ter a sua organização familiar e de sobrevivência e relações próprias, de convívio comunitário”, elementos valiosos na montagem de suas resistências diárias (DIAS, 1995: 52-53). Por isso, essas mulheres criaram suas próprias “práticas de espaço” e tinham “maneiras de fazer” e “viver” bem próprios de seu grupo social.

BIBLIOLGRAFIA:

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O Sexo devoto: Normatização e resistência feminina no império português, XVI-XVIII.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

_____. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850.** In: Afro-Ásia, nº 29/30, Centro de Estudos Afro-Orientais – Bahia, Salvador: UEFBA, 2003.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. **“Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”:** as eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COSTA, Francisco Augusto. Pereira da. **Anais Pernambucanos.** Recife: FUNDARPE, 1983.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra.** São Paulo: UNICAMP, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

sujeitos não iram considerar as suas ações no espaço normatizado como transgressões. Assim quem define de fato o que viria ser uma transgressão é o Estado – que tem o poder legitimado.

NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife: Ontem e Hoje**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares Malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. In: Revista Brasileira de História, nº 19, vol. 19. São Paulo: ANPUH, 1999.

SILVA, Maciel Henrique. **Na Casa, na Rua e no Rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras**. MNEME – Revista de Humanidades, v. 7, n. 15, mai. 2005.

_____. **Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840 – 1870)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH, 2004.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX**. Tese (Doutorado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2003.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006.

TOLLENARE, Louis François de. **Notas Dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.